

PROCURADORIA EM PAUTA

Impresso
Especial
2706/2006-DR/ES
PGE/GOV/ES
...CORREIOS...

INFORMATIVO BIMESTRAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Nº 7 - Novembro/Dezembro 2012



PGE tem novos procuradores

Cerca de 300 convidados estiveram presentes à solenidade de posse dos novos procuradores do Estado, realizada na noite do dia 12 de novembro, no Palácio Anchieta. Entre as autoridades presentes estiveram o presidente do Tribunal de Justiça do ES, Pedro Valls Feu Rosa; o procurador-geral de Justiça, Éder Pontes; a presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 17ª Região, Claudia Cardoso de Souza; e o vice-governador do Estado, Givaldo Vieira.

[p.5]

Vitória sedia Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

Em sua 26ª edição, o evento brindou os participantes com palestras do ministro do STF, Ayres Britto, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

[p.3]



Procurador assessora trabalhos de revisão do CDC

O procurador Leonardo Garcia integra a equipe jurídica do senador Ricardo Ferraço para a revisão do CDC.

[p.6]

Palestra apresenta novas ferramentas do Bacen Jud

Servidores do Banco Central mostram como otimizar a utilização do Bacen Jud.

[p.8]


Claudio Penedo Madureira

Procurador do Estado, doutorando em Direito pela PUC/SP, mestre em Direito Processual Civil pela Ufes e autor do livro "Royalties de petróleo e Federação"

Royalties de petróleo: tentando entender o problema

Interpretando o dispositivo da Constituição que disciplina o pagamento de *royalties* de petróleo aos Estados e municípios (parágrafo 1º, art. 20 da Constituição Federal), o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que essa retribuição financeira destina-se a compensar os reflexos da exploração do petróleo. A distribuição da maior parte dos *royalties* a Estados e municípios não impactados é incompatível com essa interpretação constitucional, e, por isso, deve ser invalidada caso a discussão seja conduzida ao Poder Judiciário.

Essa opção política também produzirá desequilíbrio federativo. É que a implantação/ampliação das plantas produtivas do setor petrolífero impõe a Estados e municípios a realização de despesas para a proteção das suas respectivas populações contra os reflexos da exploração de petróleo, que compreendem, por exemplo, gastos com a preservação da estabilidade da economia local em caso de um acidente ecológico; gastos com a qualificação da mão de obra local para integrá-la, quando possível, à nova atividade econômica; gastos com a construção de moradias populares e com a

instituição/ampliação de serviços de transporte urbano, etc.

Assim, a supressão dessa receita obrigará os Estados e municípios impactados a recorrerem às suas receitas ordinárias para custear essas despesas extraordinárias que decorrem da exploração de petróleo. Ocorre que essas receitas ordinárias (compostas, em sua maioria, pelo recolhimento de tributos) destinam-se ao custeio das necessidades básicas do cidadão, com saúde, educação, moradia, saneamento básico, infraestrutura viária, etc. Por isso, a distribuição dos *royalties* a todas as unidades federadas fará com que os Estados e municípios impactados enfrentem dificuldades para assegurar essas prestações às suas respectivas populações.

Mas o mais grave disso tudo é que os Estados e municípios beneficiados por essa proposta legislativa já ficam com a maior parte da receita pública gerada com a exploração do petróleo. É que a Constituição proíbe a tributação pelo ICMS das operações de saída de petróleo e derivados para outras unidades federadas (art. 155, p. 2º, X, "b"), o que faz com que essa receita tributária lhes seja transferida.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Governo do Espírito Santo

Rodrigo Marques de Abreu Júdice
Procurador-geral do Estado

Lívio Oliveira Ramalho
Subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos

Luciana Merçon Vieira
Subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos

Alexandre Nogueira Alves
Corregedor-geral

Anderson Sant'Ana Pedra
Procurador-chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI)

Gustavo César de Mello C. Holliday
Procurador-chefe da Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais (PPetro)

Roger Faiçal Ronconi
Procurador-chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI)

Márcio Cândido Costa de Souza
Procurador-chefe da Procuradoria Trabalhista (PTR)

Érfen José Ribeiro Santos
Procurador-chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal (PCF)

Marcelo Amaral Chequer
Procurador-chefe da Procuradoria de Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos e Fundacionais (PSJ)

Antônio Júlio Castiglione Neto
Procurador-chefe da Procuradoria de Cadastro e Informatização (PCI)

Evandro Maciel Barbosa
Procurador-chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA)

Eva Pires Dutra
Procuradora-chefe da Procuradoria do Contencioso Judicial (PCJ)

José Alexandre Rezende Bellote
Procurador-chefe da Subprocuradoria Fiscal (SPFI)

Jorge Gabriel Rodnitzky
Procurador-chefe da Subprocuradoria Tributária (SPT)

Jornalista Responsável: **Renato H. S. Moreira**
MTB 338/86

Projeto Gráfico: **Contemporânea**
 Fotos: **Renato H. S. Moreira**
 Editoração: **Bios**
 Revisão: **Triade Comunicação**
 Impressão: **GSA**
 Tiragem: **1.500 exemplares**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE-ES)

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590,
 Barro Vermelho,
 Vitória (ES), CEP 29057-550
www.pge.es.gov.br
comunicacao@pge.es.gov.br
 (27) 3636-5059



PGE participa de Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

Com a presença de palestrantes como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, do jurista e professor Celso Antonio Bandeira de Mello e do ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Procuradoria Geral do Estado participou, no dia 19 de novembro, da abertura do XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.

Na ocasião, estiveram presentes o procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice; o governador Renato Casagrande; o prefeito de Vitória, João Coser; o presidente da OAB-ES, Homero Mafra; o jurista Celso Antonio Bandeira de Mello; o presidente do Instituto Brasileiro de Direito

Administrativo, Márcio Cammarosano; a senadora Ana Rita; o presidente do TC-ES, Carlos Hanna; representantes da Defensoria e do Ministério Público Estadual; o reitor da Universidade Vila Velha, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, e o presidente do Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras e procurador-geral do município de Vitória, Jader Ferreira Guimarães.

Em seu discurso, o governador Renato Casagrande destacou a importância do evento, lembrando que, no mesmo dia, a Frente Nacional dos Prefeitos estaria reunida em Vitória, discutindo temas semelhantes. “Vamos debater com os prefeitos questões referentes ao pacto federativo, tais como a redivisão dos *royalties* do petróleo. Esse é um assunto importante a ser tratado neste momento em que o Estado vem sendo penalizado pelo Congresso Nacional com a recente aprovação do projeto de lei do senador Vital do Rêgo”.

Os pontos altos do Congresso, em seu primeiro dia, foram as palestras proferidas pelo ministro do STF, Carlos Ayres Britto, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Em sua palestra, Ayres Britto falou sobre a importância do STF. “O Supremo é feito de

pessoas, profissionais que se esforçam por errar menos, pois sabem que não há outra instância a se recorrer a não ser o próprio STF”, explicou o ministro. Ayres Britto destacou também o papel do judiciário e o comportamento dos juízes. “O juiz precisa entender que a melhor banda de seu cérebro é a direita, responsável pelos sentimentos, pois no ponto de partida das coisas está o coração”.

Já o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, falou sobre a importância da Constituição Federal e de como o administrador público deve segui-la. “Às vezes, o que vemos é a prática administrativa pisoteando a Constituição alegando seu atraso. No entanto, se queremos mudar isso temos que mudar o texto constitucional. O administrador que não segue a Constituição não administra, mas sim usurpa”, concluiu Cardozo.

O XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo foi encerrado no dia 21 de novembro, com a palestra do jurista e presidente do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP), professor Celso Antonio Bandeira de Mello, que falou sobre Direito Administrativo, soberania e globalização.



Procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, mediu a palestra com o ex-presidente do STF, ministro Ayres Britto

Governo empossa 19 p

Representando o governador Renato Casagrande, o vice-governador do Estado, Givaldo Vieira, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, deram posse a 19 dos 20 novos procuradores do Estado no dia 12 de novembro, às 19h, em solenidade realizada no Palácio Anchieta.

Na ocasião, estiveram presentes o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), Pedro Valls Feu Rosa; a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), Claudia Cardoso de Souza; o procurador-geral de Justiça Éder Pontes; secretários de Estado; deputados estaduais; desembargadores, dentre outras autoridades.

O procurador-geral do Estado abriu os trabalhos falando aos presentes sobre a importância da nomeação e posse dos novos procuradores, tendo em vista o aumento da demanda de manifestações judiciais sobre o Estado e a assunção dos serviços jurídicos das autarquias pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). “Em 2012, estamos nos aproximando de 112 mil manifestações de procuradores, seja em processos administrativos ou judiciais. Com a implantação da execução fiscal eletrônica, em 2011, tivemos um aumento de 114% na quantidade de execuções fiscais ajuizadas, o que representa um crescimento de 68% do crédito cobrado em juízo em comparação a 2010”.

Rodrigo Júdice destacou ainda as novas instalações da PGE e os investimentos que o Governo vem fazendo para propiciar melhores condições de trabalho aos procuradores. “Com isso,



Hino Nacional e o discurso do procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, abriram os trabalhos do evento



o Estado garante que façamos a defesa dos interesses da sociedade capixaba com maior eficácia, valorizando ainda mais o papel do procurador”.

Também discursaram na solenidade o presidente do TJ-ES, Pedro Valls Feu Rosa; o deputado estadual Sergio Borges – representando o presidente da Assembleia Legislativa (Ales), Theodorico Ferraço; e o vice-governador, Givaldo Vieira. Na avaliação do presidente do TJ-ES, o Governo nomeou os novos procuradores num momento importante para o Estado. “Estamos numa encruzilhada histórica com muitos desafios. E o mundo das leis tem um papel fundamental nesse momento. É importante que o Estado esteja preocupado com isso. Vamos marchar juntos para uma melhor eficiência do mundo jurídico capixaba”.

Finalizando os pronunciamentos, o vice-governador salientou que o

maior beneficiado pela admissão dos procuradores é o povo capixaba, por ter uma instituição pública ainda mais fortalecida para garantir o que é de direito do Espírito Santo. “A estruturação da Procuradoria Geral do Estado e da máquina pública como prestadora de serviços de qualidade forma um importante legado que o nosso Governo quer deixar para a sociedade. Apenas com a valorização desta, que é uma carreira jurídica de grande relevância, poderemos cumprir com o compromisso de dar proteção aos interesses dos capixabas e atender a seus diferentes anseios”, afirmou Givaldo.

Tomaram posse os seguintes procuradores: Roberta Ponzo Nogueira, Erico de Carvalho Pimentel, Daniel de Castro Silva, Kamila Dela Fuente Frei-



Roberta Ponzo assinou o ato de posse representando os demais procuradores, que, ao final da solenidade, assinaram seus documentos

procuradores de Estado



Após a solenidade, os novos procuradores posaram para foto oficial com o vice-governador Givaldo Vieira, o procurador-geral Rodrigo Júdice e com a presidenta da Apes Santuzza da Costa Pereira

re, Thiago Alves de Figueiredo, Elaine Pereira da Silva, Eliezer Lins Sant Anna, Jucilene de Fatima Cristo Faria Fuzari, Werner Braun Rizk, Patricia Cristine Viana David, Erica Pimentel, Leonardo Fernando de Barros Auran Gonçalves, Brenda Avelar Dalla Bernardina, Arthur Moura de Souza, Rafael Santos de Almeida, Alexandre Tatagiba de Oliveira, Guilherme Rabbi Bortolini, Eliseu Victor Sousa e Gustavo Rios Marciano. O vigésimo procurador, Adalmo Oliveira dos Santos Junior, foi nomeado e empossado no mês de dezembro.



Novos procuradores foram saudados por todos

Últimos nomeados já estão trabalhando

O último dos 20 procuradores do Estado nomeados no dia 24 de outubro pelo governador Renato Casagrande tomou posse em 6 de dezembro, no gabinete do procurador-geral Rodrigo Marques de Abreu Júdice. Adalmo Oliveira dos Santos Júnior, 30 anos, veio de Sorocaba (SP) e é natural de Governador Valadares (MG).

Formado em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (MG), Adalmo exercia o cargo de procurador da Fazenda Nacional, em Sorocaba, antes de vir para a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Outra nomeação e posse ocorrida no mês de dezembro foi a da advogada Mariana Cabas e Biccias Braga, que assume a vaga da procuradora Arlette Uliana – aposentada por tempo de serviço.

Mariana, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

desde 1994, advogou no Estado até 2006, quando foi aprovada em concurso público da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger). A partir de 2009, Mariana passou a atuar na Procuradoria Geral do Estado como assessora especial, lotada no gabinete do procurador-geral.



PGE participa de trabalhos para modernização do CDC

O procurador do Estado Leonardo Medeiros Garcia participou, no dia 16 de outubro, de uma audiência pública no Senado Federal, promovida pela Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Na audiência, o procurador integrou a equipe de assessores jurídicos requisitados ao Estado pelo senador Ricardo Ferraço para auxiliar o parlamentar nas discussões iniciais sobre a alteração do CDC.

Além do procurador do Estado, integraram a equipe do senador capixaba os promotores de Justiça do Ministério Público do Estado (MPES) Sandra Lengruber da Silva e Alexandre de Castro Coura. “Nossas intervenções durante a audiência abordaram três temas: regulamentação

de passagens aéreas em relação a remarcações e cancelamentos por parte do consumidor; publicidade infantil e consumo sustentável”, explicou Leonardo.

A Comissão, cujo relator é o senador Ricardo Ferraço, tem até esse mês para apresentar as propostas de alterações no CDC. Tão logo o texto seja discutido, votado e aprovado pela Comissão, vai ser enviado ao plenário do Senado, onde será novamente apreciado. Seguindo os trâmites normais do parlamento, após a aprovação do Senado, o projeto vai para a Câmara dos Deputados e retorna ao Senado.

A audiência teve a participação do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio

Herman Benjamin. O procurador do Estado Leonardo Garcia informou ainda que o trabalho de assessoramento realizado pela PGE e pelo MPES ao senador Ricardo Ferraço foi muito elogiado pelo ministro do STJ, que também atuou como presidente da comissão de juristas encarregada de elaborar as propostas de mudanças no CDC.

A próxima audiência que dará continuidade aos trabalhos da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor está prevista para ocorrer no mês de fevereiro, quando Leonardo Garcia voltará a Brasília para dar continuidade ao trabalho de assessoramento que a PGE está proporcionando ao senador e relator da matéria Ricardo Ferraço.



Leonardo Garcia com o senador Ricardo Ferraço e promotores de Justiça do MPES Sandra Lengruber da Silva e Alexandre de Castro Coura



Presidente da Anape ratifica assunção das autarquias

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Marcello Terto e Silva, esteve em Vitória, no dia 19 de novembro, para participar do XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo e reunir-se com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, e com a presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo (Apes), Santuzza da Costa Pereira.

O objetivo da reunião – realizada no gabinete do procurador-geral – foi o de discutir a assunção dos serviços jurídicos das autarquias do Governo pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Segundo o presidente da Anape, o caminho que está sendo trilhado pela PGE está absolutamente correto. Marcello informou que vários Estados da Federação já estão procedendo dessa maneira, em obediência ao que determina a Constituição Federal. “Em Goiás, por exemplo, já estamos trabalhando assim. Os procuradores são concursados e integram uma carreira que foi constitucionalizada para prestar

esses serviços jurídicos ao Estado de maneira uniforme”, explicou.

“STF diz que não pode haver nenhuma carreira, no âmbito dos Estados, em concorrência com a Procuradoria.”

*Marcello Terto e Silva,
presidente da Anape.*

Para o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, a assunção dos serviços jurídicos das autarquias pela PGE já deveria ter acontecido. “A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que a PGE seja órgão de defesa e consultoria jurídica da unidade federada, definiu que só existe um único órgão jurídico para defender o Estado – seja da administração direta seja da indireta. O que o Espírito Santo está fazendo é justamente se alinhar a uma tendência nacional e, também, cumprir a legislação”, afirmou Júdice.

O procurador-geral informou ainda que dez dos 20 novos procu-

radores empossados vão trabalhar diretamente atendendo as autarquias. “Vamos trabalhar com esses advogados lotados na própria sede da PGE. Naquelas autarquias cujo número de ações e demandas for maior, a tendência será a de especificarmos qual procurador ficará vinculado a cada uma dessas autarquias”, explicou Rodrigo Júdice.

Todos os procuradores nomeados e empossados já estão trabalhando normalmente. São eles: Roberta Ponzo Nogueira, Erico de Carvalho Pimentel, Daniel de Castro Silva, Kamila Dela Fuente Freire, Thiago Alves de Figueiredo, Elaine Pereira da Silva, Eliezer Lins Sant Anna, Jucilene de Fatima Cristo Faria Fuzari, Werner Braun Rizk, Patricia Cristine Viana David, Erica Pimentel, Leonardo Fernando de Barros Auran Gonçalves, Brenda Avelar Dalla Bernardina, Arthur Moura de Souza, Rafael Santos de Almeida, Alexandre Tatagiba de Oliveira, Guilherme Rabbi Bortolini, Eliseu Victor Sousa, Mariana Cabas e Biccias Braga e Gustavo Rios Marciano.

Servidores do Banco Central fazem palestra sobre Bacen Jud

O Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) da Procuradoria Geral do Estado (PGE) trouxe a Vitória, no dia 23 de novembro, dois servidores do Banco Central para realizar, no auditório da PGE, uma palestra sobre o Bacen Jud 2.0 – sistema eletrônico de relacionamento entre o Poder Judiciário e instituições financeiras, intermediado pelo Banco Central, que possibilita à autoridade judiciária encaminhar requisições de informações e ordens de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados.

Os palestrantes foram o chefe-adjunto e o chefe de subunidade do Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro, Nelson Rodrigues de Oliveira e Oromar José Novato, respectivamente. Segundo os palestrantes, o sistema Bacen Jud 2.0 já reduziu em 50% o tempo das execuções de bloqueio de contas no Tribunal de Justiça de São Paulo. Só em 2011, foram contabilizados 4,5 milhões de bloqueios feitos pelo Bacen Jud 2.0.

O objetivo da palestra, segundo o procurador-chefe do CEI, Anderson Sant'Ana Pedra, foi o de atender a uma demanda da Subprocurado-

ria Fiscal (SPFI) da PGE. “A ideia foi fazer com que os procuradores da SPFI pudessem otimizar a utilização do Bacen Jud 2.0, conhecendo melhor o uso de suas novas ferramentas”, explicou Anderson.

Para o procurador-chefe da SPFI, José Alexandre Bellote, as palestras foram altamente positivas. “O evento foi bastante esclarecedor e terá proveitos práticos para os procuradores da SPFI, que poderão fazer uso efetivo dessa ferramenta no trabalho de recuperação dos créditos

para o Estado do Espírito Santo”.

O evento contou com a presença de procuradores do Estado, servidores da PGE e da Procuradoria do Município de Vitória, representantes da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Cariacica e do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Cachoeiro de Itapemirim, João Batista Chaia Ramos.

Conheça mais sobre o Bacen Jud 2.0 acessando o site do Banco Central, no endereço <http://www.bcb.gov.br/?BCJUD>.



Sistema do Banco Central requisita eletronicamente o bloqueio de contas

Nigrade desmonta esquema fraudulento de empresas

Com base em investigações feitas pelo Núcleo de Inteligência, de Grandes Devedores e de Busca de Bens (Nigrade) da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a 2ª Vara de Execuções Fiscais de Vitória determinou, no dia 4 de outubro, a retenção de 20% do faturamento mensal das empresas HD Kids e Frimacal (Steak Indústria e Comércio de Carnes Ltda).

O débito apurado pelo Nigrade, referente às empresas do grupo HD Kids, é de aproximadamente R\$ 1,7

milhão. Já o grupo do frigorífico Frimacal tem uma dívida de R\$ 80 milhões com o Estado. Todas as empresas envolvidas estão sendo acusadas de sonegação fiscal e fraude tributária.

Segundo o procurador do Estado Cezar Pontes Clark, os dois grupos adotavam a mesma prática. “Os proprietários abriam várias empresas que giravam em torno de um mesmo eixo econômico. Quando a empresa principal se endividava, passava o controle para outra em-

presa do mesmo grupo, até então sem nenhum débito na praça, na tentativa de ocultar as dívidas”.

As investigações do Nigrade mostraram que o grupo do frigorífico Frimacal é formado por cinco empresas, enquanto a HD Kids mantinha um grupo econômico de nove empreendimentos. Os proprietários das empresas ainda podem ser punidos na esfera criminal por sonegação fiscal, formação de quadrilha e falsidade ideológica.